



ESTADO DE RONDÔNIA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

RESOLUÇÃO Nº 33

Dispõe sobre a estrutura organizacional e administrativa da Procuradoria Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem os incisos IV e XII do Art. 9º, do Regimento Interno:

1 - CONSIDERANDO que o Grupo Ocupacional Serviços Jurídicos do Poder Legislativo Estadual desempenha as atividades de consultoria e assessoramento superior da Mesa Diretora;

2 - CONSIDERANDO que o Grupo Ocupacional Serviços Jurídicos do Poder Legislativo Estadual está centralizado na Procuradoria da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia criada através da Lei nº 041/84, regulamentada através da Resolução nº 001/86 da Mesa Diretora e reorganizada pela Lei nº 101/86;

3 - CONSIDERANDO que a Procuradoria da Assembleia Legislativa é o órgão encarregado de prestar assessoramento e consultoria jurídica à Mesa Diretora e à todos os órgãos administrativos do Poder Legislativo Estadual, na forma do que dispõe as Leis nºs 041/84 e 101/86;

4 - CONSIDERANDO que os advogados integrantes da Procuradoria da Assembleia prestam serviço em tempo integral e estão com as incompatibilidades e impedimentos para o exercício da advocacia, na forma do disposto no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil-OAB(Art. 84 e 85 da Lei nº..... 4.215 de 27.04.1963);

5 - CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 252 e seus parágrafos da Constituição do Estado;

6 - CONSIDERANDO o disposto no artigo 10 das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Rondônia;

7 - CONSIDERANDO, finalmente, o que dispõe o artigo 135 combinado com os artigos 37, XII e 39, § 1º da Constituição Federal.



ESTADO DE RONDÔNIA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

R E S O L V E:

Art. 1º - A Procuradoria Geral da Assembléia Legislativa será composta pelos integrantes do Grupo Ocupacional Serviços Jurídicos, concursados na forma do que dispõe a Lei nº 101/86.

Art. 2º - Os atuais Assistentes Jurídicos passarão a integrar a classe única de Procuradores da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia.

Art. 3º - As atribuições da Procuradoria Geral da Assembléia Legislativa estão especificadas no artigo 252 e seus parágrafos da Constituição do Estado de Rondônia, bem como nas Leis nº 041/84 e 101/86.

Art. 4º - Os vencimentos de Procuradores da Assembléia Legislativa são os constantes do anexo único desta Resolução, obedecidos os preceitos do artigo 135 combinado com os artigos 37, XII e 39, § 1º da Constituição Federal.

Art. 5º - Os vencimentos estabelecidos nesta Resolução serão reajustados de acordo com os índices gerais, e na mesma época concedidos aos demais servidores da Assembléia Legislativa.

Art. 6º - A estrutura administrativa da Procuradoria da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia terá:

- I - 01 Procurador-Geral - símbolo DAS-4;
- II - 01 Subprocurador-Geral - símbolo DAS-3;
- III - 01 Secretário Geral - símbolo DAS-2;
- IV - 01 Assistente - símbolo DAS-1;
- V - 01 Secretária - símbolo SAC-4;
- VI - 03 Datilógrafos - símbolo SAC-3;
- VII - 02 Office-boys - símbolo SAC-2;
- VIII - 02 Zeladores - símbolo SAC-1.

Art. 7º - O Procurador-Geral, o Subprocurador-Geral e o Secretário Geral da Procuradoria serão nomeados pelo Presidente da Assembléia Legislativa, dentre os integrantes da Procuradoria Geral do Poder Legislativo Estadual.

Parágrafo único - Os demais cargos que compõem a estrutura administrativa da Procuradoria da Assembléia Legislativa serão providos pelo Presidente da Casa, dentre os servidores do Poder Legislativo Estadual.



ESTADO DE RONDÔNIA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Art. 8º - Os Procuradores da Assembléia Legislativa serão classificados em Classes I, II e III, na forma do que dispõe o anexo único, que faz parte integrante da presente Resolução.

§ 1º - A progressão funcional dos procuradores da Assembléia dar-se-á anualmente, devendo ser contada a partir dos seus enquadramentos, na forma do que dispõe a Lei nº 101/86.

§ 2º - Ao Procurador-Geral e ao Subprocurador - Geral, a critério da Mesa, poderão ser concedida gratificações de localidade e auxílio moradia.

Art. 9º - Nenhum servidor da Procuradoria Geral da Assembléia Legislativa poderá auferir remuneração superior à de Deputado Estadual.

Art. 10 - No prazo de noventa (90) dias deverá ser elaborado o Regimento Interno da Procuradoria, que será submetido à apreciação da Mesa Diretora.

Art. 11 - Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação e seus efeitos financeiros retroagem à 1º de agosto de 1.990.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 23 de agosto de 1.990.

Deputado OSWALDO PIANA
Presidente



ESTADO DE RONDÔNIA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TABELA SALÁRIO DOS PROCURADORES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

(DECRETO Nº 4.746 DE 30.07.90)

		VENCIMENTO BASE	REPRESENTAÇÃO
P.A.	CLASSE		
P.A.	I	104.908,48	222%
P.A.	II	110.429,98	222%
P.A.	III	116.242,08	222%